

## POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: ANTAGONISMOS QUE MARCAM SUA ELABORAÇÃO

JULIANA DINIZ GUTIERRES BORGES<sup>1</sup>;  
MARIA MANUELA ALVES GARCIA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [julianadinizg@gmail.com](mailto:julianadinizg@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [garciamariamaneuella@gmail.com](mailto:garciamariamaneuella@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de doutoramento que busca analisar o processo de negociação de sentidos produzido por variados sujeitos e grupos sociais que disputam hegemonia na definição das políticas de currículo para a formação inicial de professores de creche e pré-escola. A problematização apresentada neste estudo refere-se aos antagonismos que marcam a organização e elaboração dos projetos formativos para a docência de Educação Infantil.

Analisar as políticas curriculares para a formação de professores de bebês e crianças pequenas implica reconhecer a atuação de sujeitos e grupos que têm poder e conhecimentos autorizados nesse campo e que produzem discursos sobre essas políticas. Neste estudo, utiliza-se o conceito de comunidades epistêmicas em chave pós-estrutural reportado por PIMENTEL JR. (2018) como o que abrange não só os aspectos sociológicos próprios da abordagem das comunidades epistêmicas, proposta por HAAS (1992), como também incorpora o modo como demandas são produzidas e significações são hegemonizadas em resposta às questões educacionais. Nessa interpretação, o referido conceito também focaliza os efeitos que os discursos têm na produção dessas mesmas demandas e nas políticas educacionais curriculares (PIMENTEL JR., 2018).

Para tanto, o estudo opera com a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (LACLAU; MOUFFE, 2015), elegendo as noções de demandas, discursos e antagonismos como categorias analíticas.

Tal como LACLAU (2013), compreende-se que o enfoque de análise de um fenômeno social não deve estar nos grupos sociais que supostamente atuam na política, mas na articulação de demandas. Para o autor, uma demanda social se caracteriza como reivindicações de variados grupos sociais que, quando não atendidas, podem se constituir em processos de articulação política. Considerando isso, o presente trabalho olha para as políticas de currículo de formação docente buscando identificar os processos de articulação de demandas educacionais que vêm disputando hegemonia. Tendo o foco nas demandas, compreende-se que as identidades dos sujeitos atuantes nas políticas se fabricam pelo modo como suas solicitações e expectativas são inseridas na prática articulatória.

Para a teoria discursiva, discurso é prática; é articulação de sentidos. Não é “algo essencialmente restrito a áreas da fala e da escrita, mas um complexo de elementos no qual as relações têm um papel constitutivo” (LACLAU, 2011, p. 92). Trata-se de uma tentativa de fixar sentidos em um cenário de disputa, caracterizando-se pela provisoriedade e arbitrariedade. Considerando os discursos como práticas sociais, ativas e criativas, entende-se que, por meio deles, sentidos e significados são produzidos, verdades e representações são construídas e comportamentos e ações, moldados. Isso significa que os discursos que transitam no campo educacional e, neste caso, nas políticas curriculares de

formação docente, integram um conjunto de táticas que produzem verdades sobre os modos de pensar a identidade da futura professora de Educação Infantil.

Outro aspecto central neste estudo é a noção de antagonismo que, na Teoria do Discurso, remete à experiência do limite do social, da teoria de Marx. O antagonismo concerne à exterioridade que ameaça e constitui as identidades sociais. Ele é constituidor de relações sociais, pois qualquer discurso opositor é também o responsável por motivar a articulação hegemônica. Assim, o antagonismo evidencia os limites da objetividade, isto é, o sentido pleno e totalmente visível de um discurso.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa em que este estudo se circunscreve vem se desenvolvendo através de uma metodologia que privilegia uma perspectiva compreensiva e qualitativa dos problemas e dados levantados. Para este estudo, elegeu-se como *corpus* de análise os seguintes documentos:

a. Textos das políticas oficiais para a formação docente, em suas implicações para a docência de Educação Infantil, sendo: a Resolução CNE/CP Nº 1/2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura; e a Resolução CNE/CP nº 2/2015, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica;

b. Textos produzidos por membros da comunidade acadêmica, no que tange à formação de professores de Educação Infantil: da Associação Nacional pela Formação dos profissionais da Educação – Anfope e do Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras – Forumdir

c. Textos de outros atores que, ao longo desse processo, exercem força no campo da Educação Infantil, sobretudo no âmbito do Conselho Nacional de Educação: Banco Interamericano de Desenvolvimento; Banco Mundial; Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – MIEIB; e Rede Nacional Primeira Infância.

Feita a eleição dos documentos, realizou-se o processo de mineração dos textos, localizando o que aparece em termos de projetos formativos para a docência com crianças de zero a seis anos, destacando temas que constituem as demandas e os antagonismos que marcam a construção das políticas;

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os três conjuntos de textos supracitados são considerados, neste trabalho, como superfícies de inscrição para a interpretação dos discursos sobre a formação inicial de professores de Educação Infantil, focalizando nos antagonismos que marcam a organização e elaboração dos projetos formativos para essa docência. Cabe destacar que essa expressão “projetos formativos” ou “projetos de formação” é utilizada para denominar os projetos institucionais, curriculares e docentes, concernentes à organização dos cursos de formação inicial de professores e às formas de profissionalidade almejadas para essa docência.

Nessa análise, percebeu-se que há disputas em torno de como e onde o sujeito – professor de Educação Infantil – deve ser formado e também em torno das formas de profissionalidade demandadas que instituem como esse professor

deve ser, agir e se relacionar com sua profissão. O quadro a seguir sintetiza as posições em conflito:

**Quadro 1: Posições conflitantes que marcam a organização e elaboração dos projetos formativos para a docência de EI**

Locais de formação dos profissionais da Educação Infantil: Curso de Pedagogia? Outro curso?
Natureza do currículo: formação generalista ou formação específica?
Identidade da profissional de Educação Infantil: cuidadora? professora? professora-cuidadora?
Prática Pedagógica da professora: Cuidar? Educar? Preparar?

Essas posições conflitantes evidenciam que o processo de elaboração das políticas curriculares de formação docente é marcado por negociações de sentidos antagônicos. A partir das tentativas de definições, classificações e explicações, por parte da comunidade epistêmica, a expressão “formação inicial docente” percorre os mais variados espaços no afã de afastar o que é da ordem do indeterminado e aproximar o que é da ordem da especificidade. É nesse embate que se configuram as tentativas de articulação discursivas, que sempre se mostram insuficientes, na configuração das forças políticas expressas nos discursos curriculares, que tentam classificar um projeto de formação para essa docência ora como generalista ora como específico, pela incorporação de diferentes demandas sociais.

#### 4. CONCLUSÕES

O aporte teórico escolhido para a pesquisa de doutoramento da qual este estudo emerge possibilita pensar a política como disputas discursivas em prol da hegemonização de significantes na política curricular, seja por intermédio da flutuação de sentidos, seja por intermédio de uma tendência ao seu esvaziamento. Dessa forma, ao se apropriar do corpus discursivo da investigação, este estudo procurou mapear os antagonismos que caracterizam a discursividade produzida sobre a formação inicial para a docência de Educação Infantil.

Com essas considerações, entende-se que há projetos formativos antagônicos para essa docência nos discursos das comunidades epistêmicas. Isto não significa, porém, que não haja diretrizes e ofícios particulares, mas sugere concebê-los como discutíveis e transitórios, passíveis de traduções, de negociações, de flutuações de sentidos.

Essa noção de antagonismos permite ler os textos das políticas curriculares para a formação de professores e entender que é possível coexistirem naturezas conflitantes, como um critério ontológico de correlação entre os diferentes sujeitos e grupos que produzem discursos sobre essas políticas. Com isso, não se trata aqui da afirmação *ou* da negação de qualquer projeto formativo. Mas sim, da afirmação e negação como formas inseparáveis e indissociáveis e, portanto, complementares.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANFOPE. **Documentos**. Cartas e manifestos, Brasília, 2002 – 2019. Acessado em 12 jun. 2019. Online. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/cartas-e-manifestos/>

BM. Banco Mundial. **Educação Infantil**: Programas para a Geração Mais Importante do Brasil. Traduzido por Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. São Paulo: BM, 2011.

BM. Banco Mundial. **Como investir na primeira infância**: um guia para a discussão de políticas e a preparação de projetos de desenvolvimento da primeira infância. Traduzido por Paola Morsello. Washington, DC: The World Bank, 2010; São Paulo: Singular, 2011.

BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Os primeiros anos**: o bem-estar infantil e o papel das políticas públicas. Editado por: Samuel Berlinski, Nobert Schady. Washington: BID, 2016

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 2/2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília, **Diário Oficial da União**, 09 jul. 2015.

FORUMDIR. **Documentos**. Documentos para download, Brasília, 2002 – 2019. Acessado em 12 jun. 2019. Online. Disponível em: <https://forumdir.wordpress.com/>

HAAS, P. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**, Winter v. 46, n. 1, p. 1-35, 1992.

LACLAU, E. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, E. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**. Por uma política democrática radical. Brasília: CNPq, 2015.

MIEIB. **Biblioteca**. Documentos. Brasília, 2002 – 2019. Acessado em 11 jun. 2019. Online. Disponível em: <https://www.mieib.org.br/>

PIMENTEL J., C. Políticas curriculares, diferença, pertencimento: ponderações sobre o uso do conceito de comunidades epistêmicas em chave pós-estrutural. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 213-241, 2018.

RNPI. Rede Nacional Primeira Infância. **Plano Nacional pela Primeira Infância**. Brasília: RNPI, 2010.